

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA – ICET**  
**CURSO DE FARMÁCIA**

**MARIA RAIMUNDA MAGALHÃES MENDES**

**O OFÍCIO FARMACÊUTICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA  
COMUNIDADE SURDA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Itacoatiara – Am

2023

**MARIA RAIMUNDA MAGALHÃES MENDES**

**O OFÍCIO FARMACÊUTICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA  
COMUNIDADE SURDA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Farmácia da  
Universidade Federal do Amazonas  
(UFAM), como requisito para obtenção  
do título de Bacharel em Farmácia

Orientador: Prof. Dr. Aluizio Gonçalves Brasil Júnior

Itacoatiara – Am

2023

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mendes, Maria Raimunda Magalhães  
M538o O ofício farmacêutico na atenção primária à saúde da comunidade surda : desafios e oportunidades / Maria Raimunda Magalhães Mendes . 2023  
46 f.: 31 cm.

Orientador: Aluizio Gonçalves Brasil Júnior  
TCC de Graduação (Farmácia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Libras. 2. Surdez. 3. Atenção farmacêutica. 4. Educação em saúde. I. Brasil Júnior, Aluizio Gonçalves. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**MARIA RAIMUNDA MAGALHÃES MENDES**

**O OFÍCIO FARMACEUTICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DA  
COMUNIDADE SURDA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Farmácia da  
Universidade Federal do Amazonas  
(UFAM) como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Farmácia

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 03/11/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Aluizio Gonçalves Brasil Júnior (ICET/UFAM)  
Orientadora

---

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira (CAV/UFPE)  
Avaliador

---

Prof. Dr. Fabricio Valentim da Silva (ICET/UFAM)  
Avaliador

Dedico esta monografia a minha querida  
Mãe Maria do Rosário (*in memoriam*),  
na qual sempre foi minha base e meu  
alicerce.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da vida, pela sabedoria, e principalmente por tornar este sonho realidade. Toda honra e toda glória sejam dadas a ti.

Agradeço em especial a minha Mãe Maria do Rosário Magalhães Mendes, por nunca medir esforços para me dá a educação que me deu. Que apesar das dificuldades, nunca me abandonou, e nem deixou de acreditar nos meus sonhos, por muitas vezes, mais que a mim mesma. Tudo que eu sou hoje, é graças a você, que é a minha fonte de admiração, meu exemplo de fé, de humildade e de superação. Não somente a mim, mas aos 6 filhos, que nesta terra deixou. Obrigada por nos dá a melhor educação, por ter sido nosso Pai e nossa Mãe, por nos ter dado a oportunidade de sermos pessoas honestas, de bem e de caráter que somos hoje.

A meus irmãos, Alex Magalhães Mendes, Francivaldo Magalhães Mendes e Marivanda Magalhães Mendes, por todo apoio, companheirismo e palavras de incentivo.

A minha sobrinha, Larissa Emanuelle Mendes da Silva, que mesmo sem ter a noção, com um simples sorriso, me dá tanta força para continuar.

A Família Maciel Cunha, por me acolher tão bem, por cada palavra de incentivo, cada gesto, por segurarem minha mão quando mais precisei. Serei eternamente grata por tudo que fizeram e fazem por mim.

Ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, que por muitos anos, foi meu segundo lar. Obrigada por abrir tantas portas em meu caminho.

Aos amigos que estiveram comigo nesta caminhada, em especial a Janaira Soares, Cristiane Mesquita e Sidney Souza, a amizade de vocês foi fator essencial nessa graduação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Aluizio Gonçalves, pelos ensinamentos, paciência e pelos conselhos profissionais. Suas orientações foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram com a concretização deste trabalho, cujos os nomes não foram citados aqui, meus mais sinceros agradecimentos.

*“Se o lugar não permitir acesso a todas as pessoas, esse lugar é  
deficiente”* Thais Frota

## RESUMO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a deficiência como a perda ou a anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Entre as diversas deficiências, destaca-se a auditiva, pelo impacto que promove na vida social das pessoas. Cerca de 5% da população do Brasil é surda e alguns usam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como auxiliar de comunicação. O objetivo deste trabalho é discutir a importância da formação continuada do profissional farmacêutico para a atuação com a comunidade surda e quais as tecnologias podem ser empregadas na área da saúde destinada ao atendimento deste público. Para o desenvolvimento deste trabalho, considerou-se analisar as publicações indexadas de cinco bases de dados, LILACS, Science Direct, Google acadêmico, Lilacs e PUBMED. Foram analisados os artigos nos idiomas inglês e Português, no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2023. Os resultados das buscas apontaram lacunas por parte dos profissionais quanto ao emprego da LIBRAS. Portanto, o curso de graduação em Farmácia deverão se adequar e inserir nas suas Matrizes Curriculares a disciplina de LIBRAS como componente obrigatório do curso e ainda, é necessário que se desenvolva Tecnologias Assitivas, que busquem atender a necessidade deste público.

Palavras-chave: LIBRAS, Surdez, Atenção Farmacêutica, Educação em saúde.

## **ABSTRACT**

The World Health Organization (WHO) defines disability as the loss or abnormality of a psychological, physiological or anatomical structure or function. Among the various disabilities, hearing impairment stands out because of the impact it has on people's social lives. Around 5% of Brazil's population is deaf and some use the Brazilian Sign Language (LIBRAS) as a communication aid. The aim of this work is to discuss the importance of continuing training for pharmacists to work with the deaf community and what technologies can be used in the health area to assist this public. In order to carry out this work, we analyzed indexed publications from five databases: LILACS, Science Direct, Google Scholar, Lilacs and PUBMED. Articles in English and Portuguese were analyzed from January 2017 to January 2023. The results of the searches pointed to gaps on the part of professionals regarding the use of LIBRAS. Therefore, undergraduate courses in Pharmacy should adapt and include the subject of LIBRAS in their Curricular Matrices as a compulsory component of the course and it is also necessary to develop Assistive Technologies that seek to meet the needs of this public.

**Keywords:** LIBRAS, Deafness, Pharmaceutical care, Health education

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1:** Fluxograma do levantamento de dados.....27

**Quadro 1:** Caracterização dos artigos selecionados para a revisão bibliográfica.....29

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OMS – Organização mundial da Saúde

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CFR – Conselho Federal de Farmácia

PCD – Pessoa com Deficiência

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

RAM – Reação Adversa ao Medicamento

URM – Uso Racional de Medicamento

TA – Tecnologia Assistiva

Art. – Artigo

Nº – Número

## **LISTA DE SÍMBOLOS**

% - Porcentagem

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Deficiência Auditiva no Brasil.....	16
2.2 O profissional farmacêutico no atendimento à Pessoa com Deficiência (PCD).....	18
2.3 A atenção farmacêutica e a comunidade surda.....	20
2.4 Desafios enfrentados na interação do profissional farmacêutico com os pacientes surdos.....	23
2.5 Alternativas visando otimizar o atendimento farmacêutico.....	24
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>26</b>
3.1 Geral.....	26
3.2 Específicos.....	26
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a deficiência como a perda ou a anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Partindo dessa premissa, a Lei Federal nº 7.853/89 e o decreto nº 3.298/99 (regulamenta a lei nº 7.853/89) garantem o exercício dos direitos das pessoas com deficiências e sua integração no cenário socioeconômico e cultural, cooperando para mudanças em instituições e atitudes no que diz respeito à inclusão dessas pessoas (Brasil, 2010).

Entre as diversas deficiências, destaca-se a auditiva, pelo impacto que promove na vida social das pessoas. Cerca de 5% da população do país é surda e alguns usam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como auxiliar de comunicação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse número representa 10 milhões de pessoas, sendo que 2,7 milhões possuem surdez profunda (Brasil, 2022). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a perda auditiva é classificada com base no limiar de audição medido em decibéis (dBNA). Logo, pode ser classificada como leve (26 - 40 dBNA), moderada (41 - 60 dBNA), severa (61 - 80 dBNA) ou profunda (>80 dBNA) e encontrada em três formas distintas: bilateral, parcial ou total (OMS, 1997; França *et al.*, 2016).

Além das malformações que levam à surdez desde o nascimento, a perda de audição pode ser desencadeada por diversos fatores tais como infecções, causas relacionadas ao parto e uso de medicamentos ototóxicos (Who, 2020). Esta população é, historicamente, estigmatizada e por este motivo, muitas vezes evitam procurar atendimento em geral, inclusive os prestados em serviços em saúde (Hyoguchi *et al.*, 2020).

Há dificuldades de acesso à saúde e educação por parte dos surdos pois estes utilizam uma língua diferente d'aquela dos ouvintes (Moura, 2000). Atualmente, as legislações vigentes procuram garantir a acessibilidade. Porém, falhas são facilmente identificadas e devem ser corrigidas, uma vez que os surdos continuam sendo privados do direito a um serviço de saúde de qualidade que atenda suas necessidades devido aos obstáculos na comunicação com os ouvintes (Rodrigues, 2021).

A comunicação constitui uma abordagem importante de interação entre profissionais de saúde e pacientes no intuito de alcançar melhores desfechos das ações de cuidado (Vinholes, 2009). No que tange a utilização de medicamentos, a barreira linguística torna-se um desafio expresso na dificuldade de informar sobre o uso seguro, garantir adesão ao tratamento, esclarecer e identificar os efeitos adversos e interações medicamentosas (Hyoguchi, 2020). Da mesma forma, ficam comprometidas as ações de educação em saúde voltadas para provocar mudanças positivas de cuidado em diferentes comunidades (Soares *et al.*, 2016).

Uma das formas de viabilizar o acesso de pessoas surdas aos estabelecimentos de saúde consiste na identificação e emprego de metodologias ativas e instrumentos educativos, como aplicativos, sites, livros, materiais didáticos, dentre outros, que permitam melhorar a comunicação entre o profissional e a pessoa surda (Mathews *et al.*, 2011; Hyoguchi, 2020).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Deficiência auditiva no Brasil**

Considerada um problema mundial de saúde pública, a deficiência auditiva em escala global, totaliza cerca de 360 milhões de pessoas surdas e segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o Brasil possui 9.717.318 deficientes auditivos. Isso

corresponde a um número significativo quando o enfoque é a saúde, pois mesmo a LIBRAS sendo considerada a segunda língua mais falada do país, muitos profissionais da saúde não possuem domínio sobre ela (Silva, 2004; Gomes *et al.*, 2017). A ausência do uso de LIBRAS pelos profissionais da saúde impossibilita a efetiva comunicação do deficiente auditivo, bem como seu acesso aos serviços de saúde em todos os níveis da assistência, prejudicando a qualidade do atendimento prestado. (Ianni, 2009; Aragão *et al.*, 2015).

A comunicação ineficaz entre os deficientes auditivos e os profissionais da área de saúde prejudica também o vínculo com esses pacientes. As falhas de comunicação durante a assistência em saúde, aparecem como fatores predominantes de erro, sendo que a comunicação eficiente minimiza em muito o erro, a ponto até de impedir que ele aconteça (Keers *et al.*, 2013; Smeulers *et al.*, 2015). Isso induz os profissionais da saúde, a refletirem sobre essas questões e a buscarem sempre melhorar esse quesito (Dantas *et al.*, 2014).

O capítulo VII do Decreto de Lei nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que trata da “garantia do direito à saúde das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva”, determina que, a partir de 2006, o atendimento às pessoas Surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como nas empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, seja realizado por profissionais capacitados para o uso de LIBRAS ou para a sua tradução e interpretação (Ianni, 2009 *apud* Brasil, 2005).

A Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelece estratégias para atender às pessoas com deficiência de forma qualificada, priorizando a formação e a capacitação de profissionais de saúde para atuarem em todos os níveis da assistência (primário, secundário e terciário) (Brasil, 1999).

Os profissionais de saúde deveriam compreender as necessidades das pessoas surdas, evitando má compreensão por parte dos usuários sobre como cuidar de si próprios, e como usar tal medicamento, o que pode colocar em risco sua segurança. Os serviços de saúde devem ser planejados considerando todos os possíveis pacientes que o utilizarão e isto inclui pacientes com deficiências diversas, como o paciente surdo. Melhorar a comunicação para lidar com pacientes surdos poderá resultar em melhor comunicação com todos os pacientes (Costa, 2009). Além de gerar possíveis complicações na relação profissional de saúde e paciente, como menor confiança no profissional e menor aderência ao tratamento, a falta de compreensão mútua entre surdo e o profissional da saúde, torna as pessoas com surdez passivas no seu processo saúde-doença, pois não são totalmente informadas sobre sua condição de saúde relativa às queixas, tratamento e prognóstico, resultando em um maior número de necessidades não atendidas e maior dificuldade em solucionar problemas de saúde (Alsmark *et al.*, 2007; Chaveiro, 2008; Magrini, 2014).

O acesso pela população aos serviços de saúde é fundamental para garantir a assistência à saúde eficiente e satisfatória. Os termos acesso e acessibilidade em saúde são complementares, pois a acessibilidade possibilita as pessoas chegarem aos serviços e o acesso permite o uso oportuno desses mesmos serviços para alcançar os melhores resultados possíveis (Sousa, 2008). Assim, há, entre as necessidades de saúde e sua satisfação, a questão da acessibilidade. Essa, se não for plenamente garantida, poderá gerar obstáculos ao deficiente, inviabilizando o acesso aos serviços de saúde (Castro, 2011).

## **2.2 O profissional farmacêutico no atendimento à Pessoa com Deficiência (PcD)**

A Resolução N° 662/2018, aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho Federal de Farmácia (CFF), *no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal n° 3.820,*

de 11 de novembro 1960, e considerando o disposto no artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, **no seu Art. 1º** visa estabelecer as seguintes diretrizes para a atuação do farmacêutico no atendimento à pessoa com deficiência:

*I. Reconhecer que a pessoa com deficiência tem direito à saúde integral, como qualquer outra pessoa, sem ser discriminada em virtude de sua especificidade;*

*II. Dispensar à pessoa com deficiência a mesma qualidade de atendimento destinado à pessoa sem deficiência;*

*III. Assegurar atendimento segundo normas éticas e técnicas que regulamentam a atuação do farmacêutico e contemplam aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia;*

*IV. Prestar informação adequada, imparcial, referenciada e criticamente avaliada, fundamentada nos princípios da saúde baseada em evidências, e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares, sobre a sua condição de saúde e terapias farmacológicas e não farmacológicas;*

*V. Usar de clareza, lisura e estar sempre fundamentado nos princípios constitucional, legal, técnico e ético para garantir a comunicação acessível;*

*VI. Instituir intervenções relativas ao cuidado à saúde da pessoa com deficiência, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde;*

*VII. Desenvolver competências, habilidades e atitudes em todos os níveis de atenção, sem discriminar, excluir ou inferiorizar a pessoa com deficiência;*

*VIII. Dissociar a condição da pessoa com deficiência como prerrogativa para outros adoecimentos, a menos que essa associação esteja devidamente comprovada;*

*IX. Fazer uso de tecnologias assistivas e sua prática profissional;*

*X. Buscar o aprendizado contínuo das formas de comunicação, tais como a Língua Brasileira de Sinais, a fim de reduzir barreiras de comunicação;*

*XI. Realizar estudos e eventos, estimular debates e ações, formar redes de cooperação, e propor medidas de gestão que contribuam para a melhoria da assistência à saúde da pessoa com deficiência;*

*XII. Estimular o sistema CFF/CRFs e instituições de ensino superior a promover ações que possibilitem a formação continuada de farmacêuticos para atuar na prestação de serviços voltados à pessoa com deficiência;*

*XIII. Compreender que a prática farmacêutica envolvendo pessoa com deficiência está contemplada em todas as áreas de atuação do profissional, não sendo, portanto, uma atividade específica*

Ao buscar atendimento na unidade de saúde, o indivíduo surdo encontra dificuldade de comunicação com a equipe de saúde, pois na maioria das vezes, as equipes de saúde não se encontram capacitadas quanto à comunicação com emprego de LIBRAS (Sanches *et al.*, 2019). Assim, as barreiras de comunicação são prejudiciais ao diagnóstico e tratamento das doenças desses pacientes, inviabilizando a qualidade da assistência (Sousa, 2017). Barreiras na comunicação geram sentimentos negativos e afastam o paciente surdo das unidades de saúde, pois o medo de não ser compreendido faz com que este busque atendimento apenas em caso de adoecimento. Portanto, é fundamental que o profissional invista em estratégias que facilitem a compreensão e o acolhimento destes pacientes por meio de uma comunicação efetiva (Santos, 2019).

### 2.3 A atenção farmacêutica e a comunidade surda

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) define Atenção Farmacêutica como:

*“A soma de atitudes, comportamentos, valores éticos, conhecimentos e responsabilidades do profissional farmacêutico no ato da dispensação de medicamentos, com o objetivo de contribuir para a obtenção de resultados terapêuticos desejados e melhoria da qualidade de vida do paciente” (OPAS, 2002, p. 16-17).*

Segundo Lyra Júnior (2005) *“a comunicação é um instrumento essencial no trabalho do farmacêutico e na promoção da saúde”*. A escuta ativa é a condição essencial para a boa comunicação do profissional farmacêutico, pois lhe permite entender a realidade do paciente. Esta relação contribui para obtenção de resultados terapêuticos exitosos, além de possibilitar o registro de dados de pacientes, tais como anotações da evolução do tratamento, listas de problemas ocorridos, dados laboratoriais e resultados de procedimentos de saúde realizados (Hammond *et al.*, 2003).

A atuação do farmacêutico, preenche uma lacuna importante, pois muitas vezes ao dispensar o medicamento pode estar sendo a última, ou até mesmo a única comunicação do paciente com um profissional de saúde antes da administração do medicamento. Além do mais, sabe-se que o paciente não obtém muitas informações sobre os medicamentos que são prescritos pelo médico no ato da consulta, o que pode acarretar, não raras vezes, a não adesão ao tratamento. Desse modo, a atenção farmacêutica, principalmente na dispensação de medicamentos, impacta diretamente na realização do tratamento de forma correta e na redução de riscos à saúde do paciente (Oliveira, 2017; Miller *et al.*, 2016).

Diniz e Nicoletti (2020) reforçam a responsabilidade do farmacêutico na dispensação de medicamentos, sobretudo com relação a realização e cumprimento do tratamento, influência do álcool e alimentos junto dos medicamentos, acondicionamento, efeitos adversos, entre outros, ou seja, a Atenção Farmacêutica abrange a dispensação da terapia medicamentosa e o fornecimento de informação para tomada de decisões sobre o uso dos medicamentos pelos pacientes. Isso inclui decisões sobre a não utilização de alguns, assim como opiniões sobre a seleção da referida terapia: doses, vias de administração, acompanhamento da terapia farmacológica e provimento de informação e conselhos aos pacientes relacionados com os medicamentos. Todo o processo de Atenção Farmacêutica deve envolver as atitudes de respeito aos princípios da bioética, as habilidades de comunicação e os conhecimentos técnico-científicos (Opas, 2002).

Cabe ao farmacêutico utilizar estratégias para favorecer a comunicação com o paciente a fim de orientar e realizar o acompanhamento farmacológico. Os objetivos do acompanhamento farmacológico são: responsabilizar-se com o paciente para que o medicamento prescrito pelo médico venha a ter o efeito desejado, responsabilizar-se em conjunto com o paciente, mediante orientação e convencimento, para que sejam realizadas a administração e posologia de modo adequado, e ao longo do tratamento, as Reações Adversas aos Medicamentos (RAM) sejam as mínimas possíveis e, se surgirem, possam ser resolvidas imediatamente (Dader, 1999).

O SUS assegura o acesso à saúde pública e visa garantir serviços para a promoção, proteção e recuperação. A oferta de forma igualitária pressupõe extrema importância para o acesso à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único de saúde, pois dessa forma assegura o atendimento em equidade a partir de suas necessidades (Albuquerque, 2020).

A Lei nº 8.080, sancionada em 19 de setembro de 1990, que regula os serviços de saúde em todo território nacional, dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da

saúde. Destaca-se a Universalização garantida no Sistema Único de Saúde que significa o direito a todos, inerente à pessoa humana, sem discriminação, devendo ser inclusivo e acessível para proporcionar qualidade de vida aos cidadãos (Brasil, 1990).

Conforme a Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo, reafirma este direito na perspectiva que todas as PCD devem ter acesso aos serviços de saúde sem discriminação. Assegurando às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação que também levarão em conta as especificidades de gênero (BRASIL, 2007).

Estabelecido de forma legal, conforme o principal ponto voltado a atender diretamente esse público trata-se da Política Nacional da Saúde da Pessoa com Deficiência, foi instituída em cinco de junho de 2002, através do Ministério da Saúde-MS/GM, por meio da Portaria nº 1.060 de cinco de junho de 2002, que tem como principal objetivo a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços da saúde pública, visando o reconhecimento das necessidades específicas para efetivação do acesso e da atenção à saúde da pessoa com deficiência no Brasil (Brasil, 2002).

Com a Portaria 3.916/98, foi instaurada a Política Nacional de Medicamentos e a função do farmacêutico para promover o Uso Racional de Medicamentos (URM) por meio do processo educativo dos usuários dos medicamentos, acerca dos riscos e contraindicações da automedicação, interrupção do tratamento e também alteração da medicação previamente prescrita (Ministério da Saúde, 1998). Percebe-se, então, o quanto é importante tanto que a informação esteja disponível, que seja facilmente acessível e compreensível tanto para o profissional de saúde, neste caso o farmacêutico, quanto para o usuário do medicamento, considerando todo o seu contexto social, sendo esta informação imparcial e construída com a colaboração dos usuários dos medicamentos para atestar a sua utilidade e aceitação (Vidotti, 2000).

## **2.4 Desafios enfrentados na interação profissional do farmacêutico com os pacientes surdos**

A implantação do SUS possibilitou definir a Assistência Farmacêutica e incluí-la como parte integrante da política pública de saúde (Araújo *et al.*, 2005). Essa inclusão foi possível uma vez que, a integralidade, garantida pelo SUS, defende a atenção completa aos seus usuários, estimulando a utilização de várias tecnologias capazes de promover a saúde da população, tornando-se então uma das bandeiras de luta por uma saúde pública de qualidade (Mattos, 2005).

De acordo com o Código de Ética da Profissão Farmacêutica, o farmacêutico deve atender as pessoas independentemente de classe social, etnia, idade ou deficiência, pois cuidar da saúde é um direito de todos (CFF, 2020). A falha é visível no treinamento de farmacêuticos para fazer seu trabalho de forma abrangente. Desde então, a LIBRAS é a língua oficial do Brasil para a comunidade surda, utilizada por um segmento da população que enfrenta barreiras à saúde devido ao despreparo dos profissionais (Araújo, 2022).

O não conhecimento de LIBRAS por parte dos profissionais da saúde é um problema advindo desde a sua formação profissional, esse despreparo é devido a não obrigatoriedade da oferta desta disciplina na grade curricular, na qual deveria ser acrescentando a disciplina de LIBRAS como parte obrigatória na etapa de formação dos futuros profissionais farmacêuticos, como disciplina obrigatória na matriz curricular do curso de farmácia, assim como nos demais cursos da área de saúde (Araújo, 2022).

O processo de comunicação entre o profissional farmacêutico e o paciente é uma importante ferramenta de cuidado. Comunicar-se bem, transmitir informações, e receber as mensagens que o usuário envia, possibilita ao profissional gerenciar melhor o cuidado, além de prestar uma assistência individualizada e de qualidade (Moura, 2019).

A diferença linguística das pessoas surdas, faz com que estas enfrentem desafios diários, incluindo o acesso aos serviços de saúde por serem quase exclusivamente concedidos em uma língua auditivo-oral (Castro *et al.* 2011). As dificuldades de comunicação entre profissionais, devido à falta de preparo durante sua formação, levam a uma falha no atendimento humanizado. Segundo Pires (2016), na maioria das vezes ao procurar os serviços de saúde, a pessoa surda precisa de alguém que atue como intermediador da comunicação e traduza suas expressões, para que o profissional de saúde entenda o que ela quer transmitir. Nesse sentido, a presença de um intérprete de libras ou de um membro familiar faz toda diferença durante o atendimento, tornando possível a comunicação, mesmo que de forma indireta.

## **2.5 Alternativas visando otimizar o atendimento Farmacêutico**

Em uma sociedade onde o número de ouvintes é bem maior, certamente o surdo está conquistando espaço e direitos que lhe garantem o uso da comunicação. A tecnologia assistiva auxilia o surdo a superar barreiras no que diz respeito a língua, contrariando dessa forma o termo que definia o surdo como deficiente, pois ao se comunicar por meio da tecnologia ele pode se mostrar eficiente tanto quanto um ouvinte (Sartoretto, 2010).

A Tecnologia Assistiva (TA) é composta de dois importantes aspectos, sendo eles os recursos e os serviços. Os recursos referem-se aos itens de equipamento, produtos e sistemas criados para facilitar e ampliar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência que podem ser a partir de objetos simples até os mais complexos como: bengalas, roupas adaptadas, brinquedos, computadores, softwares e hardwares especiais. Os serviços são os que auxiliam de forma direta uma pessoa com deficiência dando a possibilidade do acesso por meio da assistência profissional, pela compra ou treinamento

nas atividades assistivas, como: terapia ocupacional, fonoaudiologia, educação, técnicas de muitas outras especialidades (Sartoretto, 2010).

Com isso, as tecnologias e seus recursos podem facilitar a apropriação de conhecimentos (novos e tradicionais) das pessoas com ou sem deficiência, ouvintes ou surdas, à medida que todos possam ter acesso a elas sem nenhum tipo de impedimento, seja de que ordem for: econômica, técnica, educacional, linguística, entre outras, contribuindo assim para a inclusão social. Isso será possível por meio do desenvolvimento e disponibilização de recursos de tecnologias que atendam às necessidades de todas as pessoas e da formulação de estratégias e metodologias de ensino que as preparem para interagirem com e sobre eles (Nascimento, 2018).

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral**

- Discutir a importância da formação contínua do profissional farmacêutico para atuação com a comunidade surda, e ainda, buscar na literatura quais tecnologias educacionais são empregadas na área da saúde destinada ao atendimento deste público.

#### **3.2 Específicos**

- Compreender o acesso de pessoas surdas aos serviços de saúde e buscar alternativas que permitam melhorar a comunicação entre o profissional farmacêutico e a pessoa surda.
- Descrever quais os principais desafios e obstáculos encontrados pelo farmacêutico e como este deve proceder no apoio farmacoterapêutico desta comunidade.

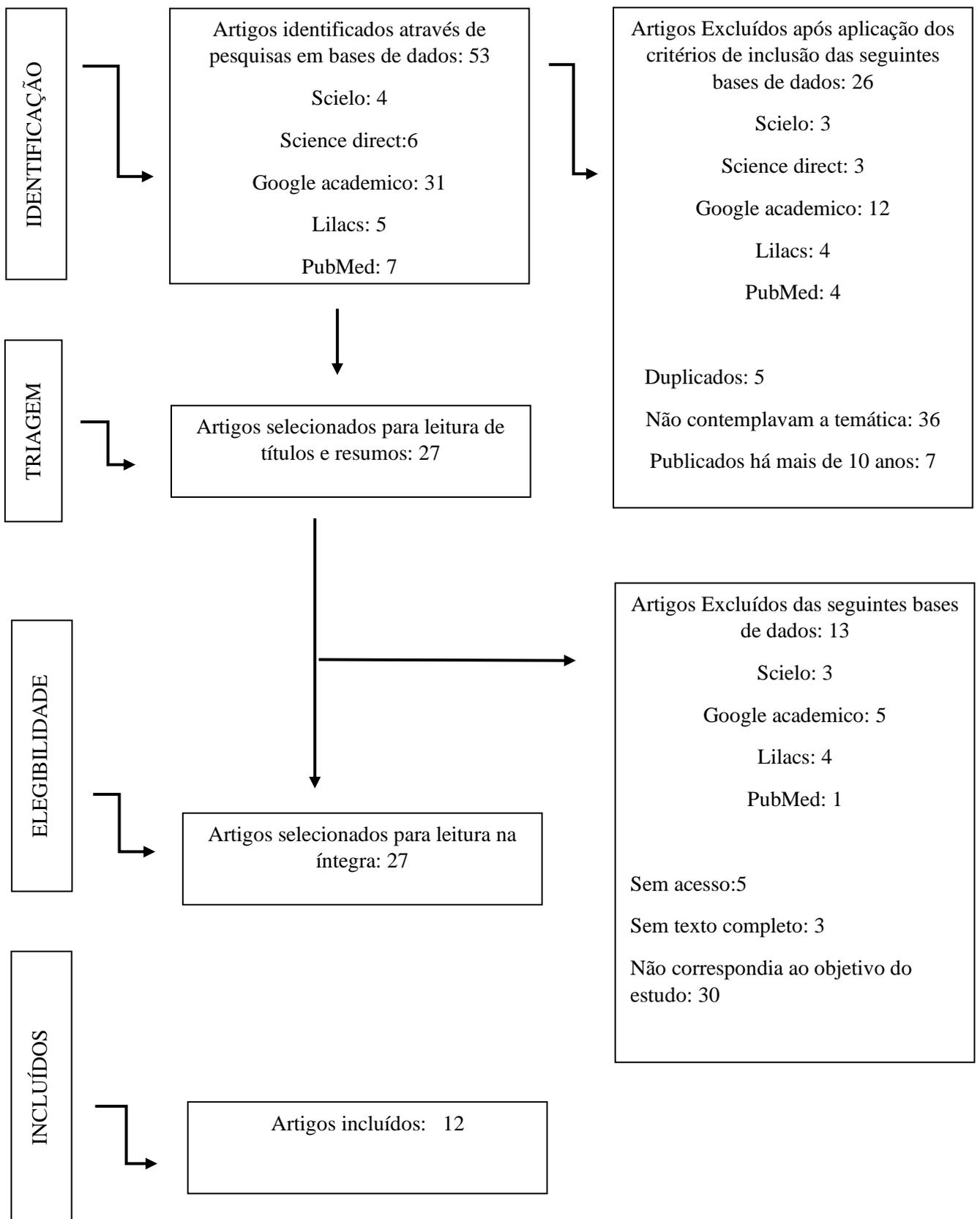
### **4. METODOLOGIA**

O presente estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica realizada através de uma revisão integrativa da literatura, sobre o ofício do profissional farmacêutico na atenção primária a saúde da comunidade surda, seus desafios e oportunidades. Consiste ainda em uma revisão da literatura, cujo levantamento bibliográfico foi realizado mediante a busca eletrônica de artigos indexados em bases de dados digitais: *Scielo, Science Direct, Google Acadêmico, Lilacs e Pubmed*, sendo empregando em língua portuguesa as seguintes palavras chave: LIBRAS, Surdez, Atenção Farmacêutica, Educação em saúde, e no caso da língua inglesa, empregando as palavras-chave: *LIBRAS, Deafness, Pharmaceutical care, Health education*.

A pesquisa considerou os seguintes critérios de inclusão: 1) Artigos publicados entre janeiro de 2017 a janeiro de 2023; 2) Idiomas: Artigos em inglês, português; 3) Artigos publicados na íntegra *on-line* relacionados ao tema proposto, com utilização dos descritores citados acima.

Como critérios de exclusão, foram eliminados documentos de monografias, teses, dissertações, resumos, artigos duplicados, não disponíveis na íntegra e fora das línguas selecionadas. Após a identificação dos artigos, os mesmos foram lidos previamente, para identificar se as ideias propostas pelos autores poderiam contribuir com os objetivos desta pesquisa.

Figura 1: Fluxograma do levantamento de dados.



Fonte: AUTOR, 2023

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram selecionados artigos de acordo com a temática abordada, onde foram incluídos nesta revisão da literatura 12 trabalhos científicos, apresentando a seguinte composição: 3 (três) artigos extraídos da base de dados PUBMED; 2 (dois) artigos extraídos da base de dados SCIELO e 7(sete) extraídos da base de dados Google Acadêmico. As descrições de cada trabalho, como autores, o ano de publicação, a metodologia, bem como a conclusão que cada um dos autores obteve no seu respectivo estudo, estão inclusas no quadro 1.

**Quadro 1: caracterização dos artigos selecionados para a revisão bibliográfica**

<b>Nº</b>	<b>Base de Dados</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Conclusão obtida pelo autor(s) no estudo</b>
<b>1</b>	SCIELO	(SOUZA <i>et al</i> , 2017)	Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura	Identificar na literatura os principais obstáculos e dificuldades enfrentadas por pessoas surdas quanto ao acesso à saúde.	Revisão Integrativa da Literatura	Portanto, neste estudo foi possível notar que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas ao buscar atendimento em saúde, estão diretamente ligadas à comunicação, por parte dos profissionais da saúde, que na maioria dos casos não possui domínio sobre a LIBRAS.
<b>2</b>	Google acadêmico	(NÓBREGA; MUNGUBA; PONTES, 2017)	Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência	Conhecer a assistência à saúde prestada às pessoas surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da sua perspectiva, com vistas a refletir sobre a inclusão de ações na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.	Estudo Qualitativo	Portanto, o atendimento aos surdos é um desafio para uma assistência humanizada e integral, em virtude de uma comunicação restrita. Acredita-se que a LIBRAS é um dos caminhos para uma efetiva comunicação com esses usuários nos serviços de saúde.
<b>3</b>	PUBMED	(KILLICK <i>et al</i> 2018)	A scoping review of the pharmaceutical care needs of people with sensory loss	Reunir evidências da assistência farmacêutica necessidades de pessoas com perda sensorial (SL)	Estudo Qualitativo e Quantitativo	Portanto, há uma escassez de informações sobre o cuidado farmacêutico à pessoas com visão, audição e perda sensorial, o que pode acarretar em aumento do risco de danos causados por seus medicamentos.

4	PUBMED	CHONG, PALANISAMY & JACOB (2019)	A qualitative study on the design and development of an mHealth app to facilitate communication with the Deaf community: perspective of community pharmacists	Este estudo prepara as bases para o projeto e desenvolvimento potencial de um aplicativo móvel de saúde (mHealth) que será capaz de preencher a lacuna de comunicação entre farmacêuticos e pacientes surdos e com deficiência auditiva	Estudo Qualitativo	Portanto, o aplicativo nHealth irá facilitar na compreensão do paciente surdo e ajudará no fornecimento de assistência farmacêutica a esses pacientes.
5	Google acadêmico	(Araújo <i>et al.</i> , 2019)	Sign Language in Brazilian Pharmacy Education	Avaliar os currículos de graduação em farmácia das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, a fim de identificar cursos de língua de sinais e outros conteúdos relacionados à prestação de cuidados a pacientes surdos	Estudo Descritivo e Transversal	Portanto, o estudo mostra o quanto é importante aprender língua de sinais na graduação em farmácia, pois assim os profissionais podem proporcionar um cuidado humanístico e integral aos pacientes surdos.
6	Scielo	(NASIMENTO, <i>et al.</i> ; 2020)	Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos	Identificar como é a formação de profissionais da saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais (Libras).	Estudo Descritivo e Transversal	Portanto, neste estudo foi possível observar fragilidade na formação dos profissionais de saúde em relação à disciplina de LIBRAS. Essa fragilidade é um elemento que restringe a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos, prejudicando o atendimento, o que contribui para o cenário de invisibilidade da população surda na atenção à saúde.

7	Google acadêmico	(Hyoguchi; Ohmitsu & Kubota, 2020)	Survey of Pharmacists' Knowledge, Actions and Confidence in Medication Education to Patients with Hearing Disabilities	Examinou o conhecimento sobre deficiências auditivas, a prática de ações apropriadas e a confiança na educação sobre medicamentos para pacientes surdos	Estudo quantitativo	Portanto, este estudo mostra que o profissional farmacêutico precisa aprender mais sobre deficiência auditiva, para que assim, tenha uma comunicação eficaz e prática. O profissional farmacêutico deve ainda buscar alternativas para o auxiliar na comunicação com o paciente surdo, para que assim, tome medidas necessárias para eliminar a discriminação e aumentar a sua confiança na prestação de educação sobre o medicamento.
8	PUBMED	(CHONG <i>et al.</i> , 2021)	Assessment of community pharmacists' communication and comfort levels when interacting with Deaf and hard of hearing patients	Examinar a forma como os farmacêuticos comunitários interagem com pacientes surdos e com deficiência auditiva na Malásia e seu nível de conforto em tais interações.	Estudo Transversal	Portanto, este estudo forneceu uma maior compreensão dos níveis de conforto que os farmacêuticos comunitários possuem ao interagir com pacientes surdos e deficientes auditivos em sua prática farmacêutica.
9	Google acadêmico	(RODRIGUES; MARQUES, 2021)	Formação de farmacêuticos para atendimento aos surdos: libras e o princípio da universalidade	Identificar, na literatura, a importância da preparação do farmacêutico clínico durante a graduação e a constante formação para o atendimento de surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua para a comunicação.	Revisão Bibliográfica Narrativa	Portanto, foi possível constatar a falta de preparo do farmacêutico no atendimento do surdo devido a uma falha em sua formação, gerando uma enorme dificuldade dos surdos em obter o atendimento no sistema de saúde.

10	Google acadêmico	(DE SÁ <i>et al</i> ; 2021)	Tecnologias educativas empregadas na educação em saúde para pessoas com surdez: Uma revisão integrativa	identificar evidências científicas encontradas na literatura acerca das tecnologias educacionais na área da saúde destinadas aos surdos.	Revisão Integrativa da Literatura	Portanto, o estudo demonstrou os resultados positivos da utilização das Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na educação em saúde para pessoas surdas, houve predominância das estratégias com vídeo, mas também êxito com aplicativos, sites, cursos on-line e SMS, porém, verifica-se poucos estudos sobre o desenvolvimento de tecnologias assistivas em saúde, quantidade pequena de temas versados para este público, ausência de estudos com associação de tecnologias educacionais.
11	Google acadêmico	(DE PAULA <i>et al</i> , 2022)	Experiências de práticas de cuidado farmacêutico para pessoas surdas: uma revisão integrativa da literatura	Identificar experiências de inclusão envolvendo pessoas com surdez no âmbito das práticas de cuidados farmacêuticos.	Revisão Integrativa da Literatura	Portanto, esta revisão mostrou que existem estudos relevantes sobre as práticas de cuidados farmacêuticos que buscam mitigar os obstáculos de comunicação entre profissionais farmacêuticos e surdos e ainda, que treinamentos fornecidos aos estudantes de graduação em farmácia demonstra resultados positivos na melhora de confiança e de conhecimento sobre a surdez.
12	Google acadêmico	(ARAÚJO, GOMES, MARQUEZ, 2023)	Atenção farmacêutica para pessoas surdas: uma revisão bibliográfica	Apresentar a atenção farmacêutica para pessoas surdas, e como desenvolve a comunicação entre eles.	Revisão Integrativa da Literatura	Portanto, ficou claro neste estudo que a comunicação através da LIBRAS é o maior entrave pra um atendimento integral e humanizado e que, é de extrema importância que seja incluído nos currículos de todos os cursos a Língua Brasileira de Sinais, assim como, oferecer cursos de formação continuada para os profissionais já formados.

Diversos cursos de graduação em Farmácia ainda não incluem em suas matrizes curriculares disciplinas direcionadas aos cuidados e serviços farmacêuticos, voltados à pacientes com necessidades especiais, em especial ao público com deficiência auditiva. Rodrigues e Marques (2021) relatam que é necessário realizar adequações na formatação de matrizes curriculares dos cursos de graduação em Farmácia, com foco ao atendimento e demanda do SUS. Dentre elas está a necessidade da educação continuada, das metodologias em comunicação para melhorar as habilidades linguísticas dos estudantes de Farmácia. Em adição, tais métodos podem contribuir para melhorar o nível de confiança dos estudantes, quando se refere a comunicação com surdos. Enquanto que, Araújo *et al* (2019) em seu artigo, apresentam uma análise sobre a incorporação do ensino de Libras nos cursos de graduação de Farmácia em Universidades Federais, menciona ainda que é necessário que se realize cursos para capacitação de profissionais já formados, palestras educativas e afins, com a finalidade de sensibilizar e conscientizar os profissionais de saúde sobre o tema.

Hyoguchi, Ohmitsu & Kubota (2020) em seu artigo relatam que existem muitos surdos que não possuem bom domínio da linguagem escrita, o que pode resultar em dificuldades em compreender materiais escritos, como cartazes, folhetos ou artigos. Além disso, os termos médicos específicos muitas vezes não são entendidos pelos pacientes e eles se sentem desconfortáveis em questionar sobre suas dúvidas, o que pode trazer resultados negativos para o tratamento. Sendo que, o baixo nível de compreensão em leitura e o pobre conhecimento de assuntos sobre saúde são mais prevalentes em pessoas surdas do que em ouvintes.

A maioria do público surdo tem dificuldade em ler e escrever a linguagem escrita, pois a experiência de comunicação dessas pessoas é extremamente visual, ou seja, essas pessoas dependem exclusivamente da Língua de Sinais para se comunicar e obter acesso à

informação, e por essa falta de conhecimento da LIBRAS por parte da população, muitas pessoas deixam de prestar ajuda ou informação aos surdos, dessa forma, é pertinente que se promova uma inclusão social e digital, por meio da internet, utilizando aplicativos de celulares que permitam a criação de vínculos afetivos nas relações interpessoais que facilitam a comunicação social deste público.

Chong; Palanisamy e Jacob (2019) em seu artigo traz a ideia do desenvolvimento de um Aplicativo mHealth, o qual, já foi desenvolvido na África do sul, Alemanha e EUA, porém, não foi desenvolvido na Malásia, na qual é o foco do estudo. Este visa melhorar a comunicação entre farmacêuticos e pacientes surdos, onde, o mesmo contém funções que facilitam o entendimento desta classe específica de pacientes, acerca de condutas adequadas, no que tange a farmacoterapia; o aplicativo busca também apostar na dinamicidade e interatividade, além de conter vídeos com subtítulo em língua de sinais. Os autores relatam ainda que outros recursos também podem ser inseridos no aplicativo, como informação sobre medicamentos e histórico da terapia medicamentosa, resultados de exames laboratoriais e histórico de processos alérgicos.

Assim como o aplicativo mHealth, uma valiosa ferramenta para aprimorar a inclusão da comunidade com deficiência auditiva, ao Sistema Único de Saúde, seria o desenvolvimento de aplicativos gratuitos com interface de fácil entendimento e contendo funcionalidades como:

- 1) **Captação de Gestos (Libras) em Vídeos:** O aplicativo deveria permitir a captura de gestos em linguagem de sinais, seja em tempo real ou através de vídeos previamente gravados. Esta funcionalidade seria fundamental, pois a ferramenta seria capaz de traduzir esses gestos em texto ou fala, facilitando a compreensão e a comunicação eficaz.

- 2) **Conversão de Texto para Libras:** Outra característica crucial do aplicativo é que o mesmo deveria ser capaz de converter texto em linguagem de sinais, conseqüentemente isso abrirá oportunidades para a compreensão de informações escritas, tornando a leitura e a interpretação de textos mais acessíveis para os usuários.
- 3) **Apresentação Visual Atrativa:** Para atrair e envolver o público, o aplicativo poderia disponibilizar elementos visuais significativos. Serão incluídos figuras, ilustrações e textos de apoio, além de vídeos exemplificando como usar a ferramenta de forma eficaz. Essa abordagem visual seria fundamental para tornar o aplicativo intuitivo e de fácil utilização.
- 4) **Área Específica para Serviços de Assistência Farmacêutica:** Além das funcionalidades de comunicação, o aplicativo também poderia disponibilizar uma área específica para a promoção de serviços de assistência farmacêutica. Neste espaço, os usuários encontrarão informações sobre (Medicamentos, posologia, duração do tratamento, via de administração, deve ainda sinalizar como “lembrete” o horário dos medicamentos. Toda as informações contidas na bula dos medicamentos, é necessário que contenha no aplicativo), tornando o aplicativo uma ferramenta valiosa para cuidar da saúde e do bem-estar. Para aqueles que ainda não possuem o aplicativo, os atendentes poderiam converter as informações em texto e enviá-las através de aplicativos de mensagens para garantir que todos tenham acesso às informações essenciais.

O aplicativo deveria ser compatível com a maioria dos dispositivos móveis disponíveis no mercado. Ofereceria ainda, uma ampla gama de funcionalidades essenciais para pessoas com deficiência auditiva, visando tornar a comunicação e o acesso a informações mais acessíveis e eficazes.

Em resumo, este aplicativo se destacaria por sua acessibilidade, facilitando a comunicação para pessoas com deficiência auditiva, promovendo a compreensão de textos e oferecendo informações importantes relacionadas à assistência farmacêutica. Sua interface amigável e recursos visuais atraentes poderão garantir que ele seja amplamente adotado e usado com sucesso por seu público-alvo.

Outra alternativa a ser utilizada, é que se realize campanhas educativas quanto ao emprego da LIBRAS em Escolas e Universidades, como: palestras, workshops, o desenvolvimento de materiais educativos em LIBRAS, como vídeos, cartilhas e outros, também seria importante para promover a inclusão de pessoas surdas. O objetivo seria sensibilizar os alunos e professores sobre a importância da LIBRAS e promover a inclusão do público surdo.

No caso do profissional farmacêutico, o CFF e Conselhos Regionais de Farmácia poderiam oferecer cursos e workshops de LIBRAS para profissionais farmacêuticos. Esses cursos poderiam ser presenciais ou online, e poderiam ser adaptados às necessidades dos profissionais. Vale ressaltar que a educação continuada para esses profissionais é ainda mais importante, pois esses profissionais são responsáveis pela saúde e bem-estar dos pacientes e também os auxilia a manterem-se atualizados sobre as últimas pesquisas e descobertas científicas, o que pode contribuir para a prestação de um atendimento mais seguro e eficaz aos pacientes.

Essas medidas poderiam contribuir para a melhoria da comunicação e da interação entre farmacêuticos e pacientes surdos, o que poderia levar a uma melhor adesão ao tratamento e à qualidade de vida dessas pessoas.

## **6. CONCLUSÃO**

Portanto, os resultados obtidos nesta revisão da literatura mostraram que o principal obstáculo enfrentado pela comunidade surda, está relacionado à barreira de comunicação, é nítido que existe uma lacuna por parte desses profissionais, no que diz respeito à comunicação através de LIBRAS. Com isso, os cursos de graduação em Farmácia deverão primar por matrizes curriculares que fomentem uma formação acadêmica técnica, humanizada e inclusiva para seus egressos, capacitando-os inclusive para o atendimento de públicos específicos, vide a comunidade com deficiência auditiva.

Vale ressaltar que é necessário que se desenvolvam Tecnologias Assistivas, ou que busquem alternativas tecnológicas que atendam a necessidade deste público, para que possa diminuir essa barreira de comunicação e ainda que venham a otimizar o atendimento farmacêutico com as pessoas surdas, garantindo e assegurando seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ALSMARK, S. S. B. *et al.* **How to improve communication with deaf children in the dental clinic.** *Medicina oral, patología oral y cirugía bucal*, v. 12, n. 8, p. 576–581, 2007.

ALBUQUERQUE, A. P. L. **Acessibilidade da Pessoa com Deficiência aos serviços de saúde.** *In: IV Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde.* ISSN 2525-6696. Disponível no link: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2020/5fdb41ad8870f\\_17122020083157.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2020/5fdb41ad8870f_17122020083157.pdf). Acessado em: 23 de agosto de 2023, às 14h e 17min

ARAGÃO, J. S. *et al.* Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** nov.-dez. 2015; 23(6):1014-23. Disponível no link: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/q4fPCn9RTfczrvYDQCgWcct/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 03 de junho de 2023, às 15h e 47min.

ARAÚJO, D. C. S. A *et al.* (2019). Sign Language in Brazilian Pharmacy Education. **American Journal of Pharmaceutical Education.** 83(8), 1676-1680. DOI:10.5688/ajpe7239

ARAÚJO, A.L. A.; UETA, J. M.; FREITAS, O. Assistência Farmacêutica como um modelo tecnológico em atenção primária a saúde. **Rev. Ciênc. Farmac. Básica Aplic.** v.26, n. 2. 2005. Disponível no link: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/593>. Acessado em: 08 de julho de 2023, às 19h e 34min.

ARAÚJO, M. B.; GOMES, N. P.; MARQUES, C. O. Atenção farmacêutica para pessoas surdas: uma revisão bibliográfica (2022). **Research, Society and Development**, v. 12, n.1. ISSN 2525-3409. Disponível no link: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i1.39452>. Acessado em: 08 de julho de 2023, às 21h e 32min

BRASIL (2022). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível no link: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/diainternacionaldalinguagemdesinaisprocurapromoverainclusaodepessoassurdas#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20cerca%20de%205,7%20milh%C3%B5es%20n%C3%A3o%20ouvem%20nada>. Acessado em: 01 de junho de 2023, às 11h e 44min.

BRASIL. **Decreto 5626/05 que regulamenta a Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível no link: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/gPyFKXDJZ4sTSqMtfVgBzSF/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 03 de junho de 2023, às 13h e 12min.

BRASIL. **Portaria nº1060, de 5 de junho de 2002**. Disponível no link: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt1060\\_05\\_06\\_2002.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt1060_05_06_2002.html). Acessado em: 10 de julho de 2023, às 13h e 56min.

BRASIL. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Disponível no link: [https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080\\_190990.htm](https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm). Acessado em: 07 de julho de 2023, às 10h e 34min.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2007. Disponível no link: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99423/Protocolo\\_facultativo\\_Convencao\\_direito\\_pessoas\\_deficiencia\\_2008.pdf?sequence=4](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99423/Protocolo_facultativo_Convencao_direito_pessoas_deficiencia_2008.pdf?sequence=4). Acessado em: 09 de julho de 2023, às 09h e 16min.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 1999. Disponível no link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm#:~:text=D3298&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%2020,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=D3298&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%2020,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e)

[%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsAncias](#). Acessado em: 09 de julho de 2023, às 12h e 24min.

BENTES, I. M. S.; VIDAL, E. C. F.; MAIA, R. E. Percepção da pessoa surda acerca da assistência à saúde em um município de médio porte: estudo descritivo-exploratório. **Rev. Bras Enferm.** On Line. 2011; 10(1): DOI 10.17665/1676-4285

CESATE, J. C.; CORRÊA, A. K. Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. **Rev Latino-am Enferm** 2005; 13(1):105- 111. DOI 10.1590/S0104-11692005000100017.

COSTA, L. S. M.; *et al.* O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Rev Bras Clin Med.** 2009; 7:166-170.

CASTRO, S. S. *et al.* Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 99-105, 2011.

CASTRO, S. S.; PAIVA, K. M.; CÉSAR, C. L. G. Dificuldades na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde: uma questão de saúde pública. **Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol**, v. 17, n. 2, p. 128-134, 2011.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 42, n. 3, p. 578–583, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução nº. 596, de 21 de fevereiro de 2014**. Disponível no link: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>. Acessado em: 02 de junho de 2023, às 16h e 32min.

CHONG, E. Y. C.; PALANISAMY, U. D.; JACOB, S. A. (2019). **A qualitative study on the design and development of an mHealth app to facilitate communication with the Deaf community: perspective of community pharmacists.** *Patient Preference and Adherence*, 13, 195-207. DOI:10.2147/PPA.S182516.

CHONG, E. Y. *et al.* (2021). Assessment of community pharmacists' communication and comfort levels when interacting with Deaf and hard of hearing patients. *Pharmaceutical Practice*, 19(2). DOI:10.18549/PharmPract.2021.2.2274.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução nº.662**. Disponível no link: [https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50681997/do1-2018-11-19-resolucao-n-662-de-25-de-outubro-de-2018-50681708](https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/50681997/do1-2018-11-19-resolucao-n-662-de-25-de-outubro-de-2018-50681708). Acessado em: 25 de julho de 2023, às 16h e 11min.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução nº 680, de 20 de fevereiro de 2020**. Disponível no link: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=PesquisaLegislacao&dif=s&ficha=1&id=16580&tipo=RESOLU%C7%C3O&orgao=Conselho%20Federal%20de%20Farm%E1cia&numero=680&situacao=VIGENTE&data=20-02-2020>. Acessado em: 12 de julho de 2023, às 12h e 32min.

DADER, M. J. F.; ROMERO, F. M. **La atención farmacéutica en farmacia comunitaria: evolución de conceptos, necesidades de formación, modalidades y estrategias para su puesta en marcha**. *Pharmaceutical Care España*, n. 1, p. 52-61, 1999.

DANTAS, T. R. A. *et al.* Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. **Rev. Enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, 2014 mar/abr; 22(2):169-74.

DE PAULA, K. C. *et al.* Experiências de práticas de cuidado farmacêutico para pessoas surdas: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e12411124604, 2022. ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24604>.

DE SÁ, A. K. L. Tecnologias educativas empregadas na educação em saúde para pessoas com surdez: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e345410414287, 2021. ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14287>.

FRANÇA, E. G. *et al* (2016). Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa. **Ciencia y enfermería**, 22(3), 107-116. Disponível no link: <https://dx.doi.org/10.4067/S0717-95532016000300107>. Acessado em: 01 de junho de 2023, às 14h e 56min.

GOMES, L. F. *et al*. (2017). Conhecimento de Libras pelos médicos do Distrito Federal e atendimento ao paciente surdo. **Rev. Bras. Educação Médica**, 41(4), 551 - 556. Disponível no link: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14287/12753>. Acessado em: 03 de junho de 2023, às 14h e 05min.

HAMMOND, R. W. *et al*. **Collaborative drug therapy management by pharmacists. Pharmacotherapy**, v. 23, n. 9, p. 1210- 1225, 2003.

HYOGUCHI, N., OHMITSU, M.; KUBOTA, T. (2020). **Effects of Learning on the Confidence to Provide Medication Education for Pharmacy Students**. *Yakugaku Zasshi*, 140(6), 827-838. Disponível no link: <https://doi.org/10.1248/yakushi.19-00232>. Acessado em: 02 de junho de 2023, às 15h e 27min..

KILLICK, K. *et al*. A scoping review of the pharmaceutical care needs of people with sensory loss. **International Journal of Pharmacy Practice** 2018, 26, pp. 380–386.

IANNI, A.; PEREIRA, P. C. A. **Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde. Saúde e Sociedade**, v.18, supl.2, 2009.

KEERS, R.N. *et al*. Causes of medication administration errors in hospitals: a systematic review of quantitative and qualitative evidence. **Drug Saf. Auckland**, v. 36, p. 1045-1067, 2013. Doi: 10.1007/s40264-013-0090-2. Disponível no link: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40264-013-0090-2>. Acessado em 07 de setembro de 2023, às 13h e 56 min.

LYRA JÚNIOR, D. Comunicação paciente/farmacêutico: um instrumento libertário e essencial no trabalho do profissional e na promoção da saúde. **Rev. Pharmacia Brasileira**, v. 1, n. 6, p. 10, 2005.

MAGRINI, A. M.; SANTOS, T. M. M. **Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? Distúrbios da Comunicação**. ISSN 2176-2724, v. 26, n. 3, p. 550–558, 2014.

MATHEWS, J. L. *et al.* (2011). Role-Reversal Exercise with Deaf Strong Hospital to Teach Communication Competency and Cultural Awareness. **American Journal of Pharmaceutical Education** 2011; 75 (3) Article 53. Disponível no link: <https://www.ajpe.org/content/ajpe/75/3/53.full.pdf>. Acessado em: 03 de junho de 2023, às 08h e 23min.

MATTOS, R.A. **Os Sentidos da Integralidade: Algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos**. Polo de Educação Permanente em Saúde Centro Leste Bahia. Bahia, 2005.

MILLER, J. C. et al. Atenção farmacêutica aos idosos hipertensos: um estudo de caso do município de Aperibé, RJ. **Acta Biomédica Brasiliensia**. v. 7, n. 1, p.1-10, 20 jun. 2016. Universidade Iguacu - Campus V. Disponível no link: <https://www.actabiomedica.com.br/index.php/acta/article/view/25>. Acessado em: 04 de junho de 2023, às 14h e 25min.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998**. Disponível no link: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916\\_30\\_10\\_1998.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html). Acessado em: 06 de julho de 2023, às 12h e 15min.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro, 2000.

NASCIMENTO, G. V. S. **Para ler vozes na tela: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdos**. 2018. Tese (Doutorado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

NASCIMENTO, T. M. *et al.* **Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos.** <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2020-2361>.

NOBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de Cuidados à pessoa com deficiência. **Revista Brasileira em promoção da Saúde.** ISSN:1806-1230. DOI: 10.5020/18061230.2017.6176.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (Opas). **Consenso Brasileiro de atenção Farmacêutica: Proposta.** Brasília: Opas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1997). **Classificación internacional de las deficiências, actividades e participación: um manual de las dimensiones de la inhabilitación e su funcionamiento.** Disponível no link: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/grJnXGSLJSrbRhm7ykGcCYQ/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 0110 de julho de 2023, às 21h e 25min.

OLIVEIRA, G. F. **Conhecimento sobre os medicamentos prescritos entre pacientes de uma farmácia comunitária do município de Salgado-SE.** TCC (Graduação em Farmácia) – Universidade Federal de Sergipe, Lagarto, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/7466>. Acessado em: 25 de julho de 2023, às 16h e 16min.

PIRES, H. F.; ALMEIDA, M. A. P. T. **A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde.** *Revista Enfermagem Contemporânea.* 2016 Jan/Jun. 5(1):68-77.

RODRIGUES, A. C. S.; MARQUES, L. A. M. Formação de Farmacêuticos para atendimento aos surdos: libras e o princípio da universidade. **Generalist Pharmacy Journal**, v. 3, n. 1, p. 62-76, 2021. ISSN 2675-1364.

SANCHES, I. S. B. *et al.* O papel do enfermeiro frente ao paciente surdo. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v.13, n.3, p.858-862, 2019.

SANTOS, A.S.; PORTES, A.J.F. Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 27, 2019. Disponível no link: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/ykLMdS4pqbV49J97QJVdHqm/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 24 de julho de 2023, às 19h e 10min.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa alternativa**. Brasília - DF, 2010.

SILVA, M. F.; SILVA, M. J. P. A autoestima e o não-verbal dos pacientes com queimaduras. **Rev. Esc. Enferm. USP** 2004; 38(2):206-16.

SMEULERS, M. *et al.* (2015). **Quality indicators for safe medication preparation and administration: a systematic review**. Disponível no link: doi:10.1371/journal.pone.0122695.

SOARES, L. *et al.* (2016). **Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica. Atuação clínica do farmacêutico**. Florianópolis. Ed. da UFSC, 5, 353 p.

SOUSA, E. M.; ALMEIDA, M. A. P. T. Atendimento ao surdo na atenção básica: perspectiva da equipe multidisciplinar. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.10, n.33, p.72- 82, 2017.

SOUZA, E. C. F. *et al.* (2008). **Acesso e acolhimento na atenção básica: uma análise da percepção dos usuários e profissionais de saúde**. **Cad. Saúde Pública**. DOI 10.1590/S0102-311X2008001300015.

SOUZA, M. F. N. S. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC**. 2017 Maio-Jun; 19(3):395-405 doi: 10.1590/1982-0216201719317116.

VINHOLES, E. R.; ALANO, G. M.; GALATO, D. (2009). **A percepção da comunidade sobre a atuação do Serviço de Atenção Farmacêutica em ações de educação em saúde relacionadas à promoção do uso racional de medicamentos.** *Saúde e Sociedade*, 18(2), 293-303. Disponível no link: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000200012>. Acessado em: 03 de junho de 2023, às 09h e 18min.

VIDOTTI, C. C. F. *et al.* **Sistema Brasileiro de Informação sobre Medicamentos - Sismed. Cad.** *Saúde Pública*, Rio de Janeiro, Dec. 2000. Disponível no link: <https://www.scielo.br/j/csp/a/m3zV6T44srYDhpxxgSCDgTg/?lang=pt>. Acessado em: 05 de agosto de 2023, às 16h e 16min.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (1997). **The Role of the Pharmacist in the Health-Care System – Preparing the Future Pharmacist: Curricular Development Report of a Third WHO Consultative Group on the Role of the Pharmacist.** Vancouver. Disponível no link: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/63817/WHO\\_PHARM\\_97\\_599.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/63817/WHO_PHARM_97_599.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acessado em: 02 de junho de 2023, às 08h e 58min